



RELISE

EMPREENDEDORISMO FEMININO: ESTUDO DE CASO DA AMAFAP À LUZ DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL¹

*FEMALE ENTREPRENEURSHIP: CASE STUDY OF AMAFAP IN THE LIGHT
OF THE NEW INSTITUTIONAL ECONOMY*

Janaina da Silva Ramos²

Luís Otávio Bau Macedo³

RESUMO

O artigo analisa os aspectos constitutivos da Associação das Mulheres Agricultoras Familiares Araras do Pantanal (AMAFAP), de forma a identificar os mecanismos específicos de organização social e dos arranjos de governança da ação coletiva entre as produtoras rurais. Além da pesquisa documental, foi utilizada como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas com as gestoras da associação, após a coleta de dados foi utilizada a matriz SWOT para destacar os fatores externos e internos que influenciam a gestão e resultados da associação. Como resultados encontrados, verificou-se que a AMAFAP apresenta a dimensão de especificidade de ativos, referente à produção de orgânicos. Complementarmente, identificou-se que a associação apresenta contratos com frequência de nove anos de transação com o governo federal, através do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. Evidenciou-se que as vendas ao referido programa são o único canal de comercialização existente, impondo restrições ao potencial de crescimento da associação. Complementarmente, demonstrou-se a importância dos mecanismos de política públicas via aquisição de alimentos, como meio de empoderamento e fortalecimento das atividades da organização feminina na agricultura familiar.

Palavras-chaves: associativismo, governança, agricultura familiar.

¹ Recebido em 07/11/2024. Aprovado em 14/11/2024. DOI: doi.org/10.5281/zenodo.17061841

² Universidade Federal de Uberlândia. janainaramos.cont@gmail.com

³ Universidade Federal de Rondonópolis. luis_otavio@ufmt.br



RELISE

77

ABSTRACT

The article analyzes the constitutive aspects of the Association of Women Farmers Araras do Pantanal (AMAFAP), in order to identify the specific mechanisms of social organization and governance arrangements of collective action among rural producers. In addition to documentary research, semi-structured interviews with the association's managers were used as a data collection instrument. After the data collection, the SWOT matrix was used to highlight the external and internal factors that influence the association's management and results. As results, it was found that AMAFAP presents the dimension of asset specificity, related to organic production. In addition, it was identified that the association has contracts with a frequency of nine years of transaction with the federal government, through PAA - Food Acquisition Program. It became evident that sales to that program are the only existing marketing channel, imposing restrictions on the association's growth potential. In addition, the importance of public policy mechanisms via the acquisition of food was evidenced, as a means of empowerment and strengthening of the activities of the female organization in family farming.

Keywords: associations, governance, family farming.

INTRODUÇÃO

A questão de gênero está ligada à cultura e ao processo histórico de desenvolvimento dos indivíduos. Portanto, é construída a partir do convívio social e reconhecimento interpessoal, considerando as especificidades dos grupos sociais. Destaque-se, contudo, que a tipologia de gênero é recente e oriunda de lutas de movimentos sociais em busca de igualdade entre homens e mulheres. Brumer e Anjos (2008), por exemplo, relatam que a temática de gênero está sendo priorizada nos estudos das ciências sociais voltados ao meio rural, devido ao êxodo rural, principalmente de jovens, com predominância das mulheres, provocando, assim, o envelhecimento e masculinização da população rural.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2015), a população feminina rural é de quase 15 milhões de pessoas. A proporção da população feminina em área rural era de 48,29%, em 1993, e



RELISE

diminuiu para 47,75%, em 2015. Adicionalmente, não é dado o devido valor ao trabalho desempenhado pelas mulheres no espaço rural. Isso é devido às atividades no campo serem dominados por traços machistas, onde o homem é considerado culturalmente como o principal responsável pela produção, gestão e comercialização agropecuárias. Situação essa que permite identificar a desigualdade enfrentada pelas mulheres do meio rural brasileiro. Verifica-se, nessas condições, que as mulheres tendem a cuidar da casa e realizar atividades para autoconsumo familiar e, com baixo grau de independência na geração de renda. Os homens exercem a posição de liderança familiar, responsáveis pelas atividades econômicas e a gestão da renda (Butto, 2011; Silva; Schneider, 2010; De Heredia; Cintrão, 2012).

Deere e Leon (2003) argumentam que a desigualdade de gênero no meio rural é resultado da priorização da herança aos filhos do sexo masculino nos inventários de patrimônio de origem de propriedade da terra. Isso decorre de características ainda remanescentes do regime de partilha de bens no casamento e, adicionalmente, pela primazia do sexo masculino na participação nos programas de distribuição de terras da reforma agrária. Faria (2011) ressalta que essa situação está vinculada à noção capitalista de trabalho que reduz as relações de produção ao que pode ser transacionado no mercado. Como resultado desses fatores, houve um processo de tornar oculto e não reconhecido o trabalho desempenhado pelas mulheres, tanto no espaço reprodutivo (autoconsumo/doméstico), como no espaço produtivo rural. Gerando, assim, a negação da autonomia econômica e política do gênero feminino nos ambientes rurais. Por fim, Ávila (2013) corrobora que a situação da desigualdade de gênero foi socialmente construída ao longo do tempo, com o traço norteador de que o homem seria o responsável pelas atividades produtivas, sendo esse trabalho reconhecido, valorizado e remunerado. Já às mulheres seriam relegadas aos aspectos reprodutivos da esfera familiar, atividades domésticas e de cuidados



RELISE

dos filhos, que por não serem monetizadas, não teriam valorização na sociedade capitalista.

Essa situação começou a mudar a partir dos anos 1990, mediante a organização das mulheres via movimentos de trabalhadoras do campo, visando a garantia de direitos e igualdade. No âmbito do Governo Federal, iniciativas surgiram sobre a temática de gênero no meio rural, em diálogo com os movimentos de mulheres do campo. Como por exemplo, houve a realização das marchas das margaridas, entre outros, que viabilizaram a criação de vários programas, entre eles a destinação de recursos específicos, como o Pronaf-mulher (Faria, 2011). Essas transformações não foram gratuitas, mas resultado de mobilização social que incentivou às mulheres a se unirem via a ação coletiva, como modo de reduzirem a desigualdade rural de gênero. Consequentemente, melhorias foram obtidas no tocante à independência econômica, surgindo, assim, o empreendedorismo feminino e o empreendedorismo comunitário.

De acordo com Dornellas (2001), o empreendedorismo pode ser conceituado como uma iniciativa econômica que assume riscos, tendo como principais características a inovação e a criatividade em utilizar os recursos disponíveis. Com esse cenário de desigualdade de gênero no meio rural, as mulheres identificaram no empreendedorismo a oportunidade de obterem sua independência financeira e, consequentemente, uma melhor qualidade de vida. Um dos resultados desse processo foi o surgimento de associações e cooperativas formadas por mulheres com o objetivo de geração de renda e, principalmente, maior voz ativa na tomada de decisão nas atividades rurais. Esses movimentos destacam-se pela capacidade de grupos femininos gerarem cooperação, autogestão e autonomia.

Nesse contexto, o presente artigo analisou os aspectos constitutivos da AMAFAP – Associação Mulheres Agricultoras Familiares Araras do Pantanal, de forma a identificar os seus mecanismos de organização social, administrativa e



RELISE

a estrutura produtiva, considerando a influência normativa à luz da Economia Institucional. Para contextualizar a relação entre os mecanismos de organização da AMAFAP e o ambiente institucional, optou-se pela abordagem dos custos de transação, com foco nas especificidades que influenciam na governança organizacional.

O estudo justifica-se pela relevância da compreensão do movimento desencadeado pelas mulheres do assentamento Sadia Vale Verde. Esse grupo busca de forma pioneira e inovadora, através de projetos e ações, protagonismo no espaço produtivo da agricultura familiar e, conseqüentemente, autonomia e melhor qualidade de vida de suas famílias.

Em consonância com essa perspectiva analítica, a presente contribuição é estruturada, além desta introdução, a partir de revisão teórica com ênfase na importância das instituições ao desenvolvimento da agricultura familiar, em seguida, são descritos os procedimentos metodológicos e apresentados os resultados empíricos e sua avaliação sob a perspectiva teórica e, por fim, são emitidas as considerações finais.

NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL E A AÇÃO COLETIVA

A ação coletiva são as formas pelas quais grupos de pessoas se organizam em busca de objetivos em comum capazes de gerar coordenação e, principalmente, transformações econômicas e sociais. Porém, o nível de cooperação é dependente do capital social existente na comunidade e que não se caracteriza por ser objeto de imediato desenvolvimento, mas sim ao longo do processo histórico. Por capital social, entende-se os laços de confiança e a reciprocidade existentes entre os atores da comunidade.

Nesse contexto, conforme a teoria institucional, existem algumas restrições às ações humanas que podem comprometer os resultados esperados da cooperação social. Fatores como o oportunismo e o individualismo são



RELISE

contraproducentes para a emergência da coordenação entre os atores. Adicionalmente, a existência de assimetria de informações gera a redução do comprometimento individual aos objetivos coletivos. Esses atributos das organizações são desenvolvidos pela NEI - Nova Economia Institucional que identifica as variáveis que atuam sobre as estruturas de governança. O enfoque da abordagem institucional reside no ambiente microeconômico, por meio da descrição do papel das instituições e a relevância dos hábitos e padrões comportamentais, oriundos dos arranjos organizacionais. Nessa perspectiva, os custos econômicos são classificados como de produção e de transação. A inovação analítica realizada por essa vertente, destacando os estudos de Oliver Williamson e Ronald Coase, é oriunda da definição e da mensuração dos custos transacionais. Os fatores determinantes pelas ineficiências oriundas da compilação e utilização de informações relevantes para a concretização da transferência de direitos de propriedade entre estágios distintos do processo produtivo. Portanto, os custos transacionais são geridos por mecanismos, tais como contratos, direitos de propriedade, franquias e arranjos em geral, que delimitam os direitos e deveres entre os agentes econômicos (Azevedo, 2000).

Coase (1937) aborda que toda transação possui um custo, deste modo, os custos de transação seriam diversos, cabendo aos indivíduos sua minimização através da escolha do mecanismo adequado de alocação de recursos. Identificam-se esses mecanismos de coordenação com a governança pelo Estado, as firmas e os mercados, cada uma atuando como um meio de redução dos custos de transação. Williamson, assim como Coase, também considera as instituições econômicas como um meio de se lidar com os custos transacionais. Entre os mecanismos elencados citam-se a estrutura hierárquica das firmas, os mercados e as relações contratuais. A partir das características dos custos transacionais são definidos os meios de coordenação mais adequados para a sua redução. Por exemplo, transações com elevada



RELISE

especificidade que determinam altos custos transacionais, tendem a serem geridas mediante a estrutura de governança internalizada na firma. Por outro lado, transações podem ser realizadas de forma eficiente, apenas com os mecanismos disponíveis via os mercados à vista (spot). Situações intermediárias requerem a utilização de mecanismos híbridos, tais como os contratos relacionais ou formais, que estabelecem graus distintos de flexibilidade das cláusulas entre as partes.

Williamson, em sua descrição dos aspectos constitutivos das transações, aponta que:

a transação é a unidade básica de análise e é dada a dimensão, os atributos que descrevem e distinguem modos alternativos de governança são estabelecidos, e as estruturas de transações e estruturas de governança estão alinhadas em relação a um custo de transação (Williamson, 1994, p. 178-179).

Já North (1991) apresenta a abordagem macroeconômica das instituições, as conceituando como as “regras do jogo” da sociedade, essas são classificadas em instituições formais e informais. De acordo com o autor, as instituições são restrições comportamentais, que regulam as interações políticas, econômicas e sociais que limitam o conjunto de escolhas dos atores. Sendo elas constituídas de restrições formais, tais como os direitos de propriedade. Além desses, North destaca a existência das restrições informais, exemplificadas por costumes, saberes, tradições e códigos de conduta. Nesse contexto, o ambiente institucional é o conjunto de regras formais e informais que estabelecem e regulamentam o comportamento dos agentes econômicos.

Cavalcante (2014, p.379) aborda que os custos de transação “são todos aqueles envolvidos numa transação econômica, como a pesquisa de preços, os contratos, bem como o próprio conhecimento do mercado”.

Williamson (1981) chama atenção para o estudo da economia dos custos de transação também nas empresas sem fins lucrativos, enfatizando que estes



RELISE

são importantes para todas as formas de organização. Vale destacar que a economia dos custos de transação parte de duas hipóteses, sendo a primeira que os indivíduos são naturalmente oportunistas, ou seja, buscam o interesse próprio. A segunda é que são racionalmente limitados, pois pressupõe que o indivíduo possui limites em processar as informações disponíveis.

Desse modo, em um ambiente repleto de incertezas e, ainda com indivíduos que possuem racionalidade limitada, o processo decisório é influenciado pelos arranjos institucionais (Pavan, Santos Junior, 2016; Cavalcante, 2014; Williamson, 1994). Além disso, as transações estão sujeitas a três principais dimensões: (i) a frequência com que as transações se repetem, (ii) as incertezas a que a transação está sujeita, e (iii) o grau de especificidade dos ativos. Sendo essas dimensões fundamentais para a governança das relações contratuais (Williamson, 1994)

Williamson (1998) ainda aborda que a economia dos custos de transação é focada nos problemas de conflito resultantes da dependência bilateral. Esses problemas surgem à medida que a interação entre os agentes cresce e as necessidades de adaptação cooperativa se acumulam. Maior densidade e interação entre as partes com interesses distintos, em uma condição de dependência bilateral, tendem a serem confrontadas com a incompletude relacional dos contratos que requerem adaptação cooperativa. Esse mecanismo não é simples de ser realizado, em virtude do característico oportunismo comportamental, entre as partes, e a capacidade limitada de processamento de informações de eventos futuros ainda incertos.

Em relação aos impasses da ação coletiva, North (2018, p.29) salienta que:

A cooperação é difícil de sustentar quando o jogo não se repete (ou a partida está no fim), quando faltam informações sobre os outros jogadores e quando o conjunto de jogadores é numeroso. Verificamos comportamento cooperativo quando os indivíduos interagem



RELISE

repetidamente, quando têm informações abundantes uns sobre os outros e quando o grupo é pequeno.

Nesse ponto, Williamson enfatiza que os indivíduos são oportunistas e limitados cognitivamente, ou seja, o surgimento de práticas individualistas entre as partes são a regra. Essa conjuntura requer a atuação das instituições, no sentido dos arranjos tais como as firmas, contratos e direitos de propriedade, entre outros, como meio de restringir o oportunismo que enfraquece ações cooperativas (Williamson, 1994).

Em decorrência dessas características teóricas, a avaliação de casos de organização coletiva enseja a aplicação dos conceitos dos autores institucionalistas. Na abordagem do presente estudo destaca-se a estrutura de governança com foco na organização de gênero realizada pela AMAFAP, uma vez que a perspectiva dos custos transacionais ressalta a importância da estrutura de governança para a ação coletiva. Portanto, a partir desse esboço analítico, na seção seguinte será contextualizada a importância específica das instituições no contexto da agricultura familiar.

IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura tem um importante papel na economia brasileira, sendo o país o segundo maior exportador de alimentos do mundo. O setor agropecuário contribui com 22,5% do PIB e 37% da força de trabalho (Embrapa, 2017). Neste contexto, a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agropecuários existentes no território brasileiro e 23% da área total agrícola do país (Ibge, 2017).

Porém, atualmente vive-se um processo de desenvolvimento excludente, onde os agricultores familiares formam um grupo que ainda são marginalizados e pouco incentivados pelas políticas públicas. Nessa



RELISE

perspectiva, a exclusão social e a concentração de renda são interligadas à degradação ambiental que impacta a sociedade como um todo. Portanto, a agricultura familiar é um elemento estratégico, pois apresenta grande diversidade tanto social, territorial e econômica. Estes aspectos suscitam a necessidade de investigações empíricas que abordem esses agricultores e suas características de produção. Ressalta-se a premência da elaboração de diagnósticos adequados ao desenvolvimento de políticas e ações que permitam promover o desenvolvimento rural sustentável dessas áreas, sob uma perspectiva de inclusão social (Bianchini, 2005).

Essa realidade ganha corpo de forma cíclica na sociedade brasileira, de acordo com as orientações dos governos de plantão. Após a promulgação da Constituição de 1988, fortaleceu-se a importância da agricultura familiar nas políticas públicas, mediante o fortalecimento da luta pela reforma agrária, o surgimento do PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e mediante políticas de aquisição e incentivo à produção da agricultura familiar. Em síntese, a agricultura familiar passou a ser objeto de estudos de pesquisadores e priorização governamental, como resultado da avaliação do modelo de desenvolvimento rural centrado apenas no agronegócio e na produção em larga escala (Schneider, 2005).

Nessa vertente, Sachs (2004, p. 19) menciona que planejar a política pública voltada para a consolidação e modernização da agricultura familiar faz “parte de uma estratégia para estimular o desenvolvimento rural com base na pluriatividade da população rural, dando um salto na direção de uma civilização moderna baseada na biomassa (biodiversidade – biomassa – biotecnologias)”. Todavia, apesar dos avanços, as políticas públicas ainda são formadas de cima para baixo e de forma mimética, situação essa que reduz a sua efetividade.

Destaque-se que o desenvolvimento endógeno requer políticas flexíveis adaptadas às condições específicas, portanto, indissociáveis da participação dos



RELISE

atores locais. Nesse aspecto, mediante a premissa institucionalista, North (1994, p. 366) observa que a garantia dos direitos de propriedade é um fator essencial:

As políticas públicas moldam significativamente o desempenho econômico porque definem e reforçam as regras econômicas. Portanto, uma parte essencial da política de desenvolvimento é a criação de políticas que criem e reforcem direitos de propriedade eficientes. No entanto, sabemos muito pouco sobre como criar tais políticas.

Bianchini (2005, p. 82) acrescenta que a situação em que se encontra o atual modelo de desenvolvimento rural estabelece um desafio para a sustentabilidade. Discute, assim, a necessidade de “um amplo e permanente debate dos ajustes nas políticas e nas instituições, que levem em conta as características da agricultura familiar e as dimensões do desenvolvimento sustentável”.

Porém, isso só é possível quando a comunidade local possui laços de cooperação fortes, mediante a confiança e a capacidade de auto-organização. Através desses atributos, os atores são fortalecidos e capazes de se posicionarem frente aos demais agentes econômicos, tais como atravessadores, atacadistas e o varejo. Consequentemente, a comunidade local passa a liderar o seu processo de desenvolvimento, de acordo com suas estratégias econômicas, sociais e institucionais (Barquero, 2001).

Entretanto, o desenvolvimento das comunidades depende do capital humano, da difusão das inovações em seu tecido produtivo e, principalmente, do capital social existente. A organização da comunidade e do sistema produtivo depende da capacidade de coordenação dos atores locais. Entretanto, o capital social é o conjunto de características da organização social que é construído ao longo de um processo histórico que pode ser muito longo (Putnam, 1996).

Destaque-se que o processo de desenvolvimento endógeno é movido pelos traços culturais, instituições, formas e mecanismos próprios de organização. Desse modo, o desenvolvimento surge fortalecido nos territórios



RELISE

que contam com um sistema institucional enraizados nas práticas habituais. Mais precisamente, as instituições, na forma dos arranjos de coordenação, são fundamentais ao processo de desenvolvimento, pois, reduzem os custos de transação e de produção. Permitem, em suma, a ampliação da eficiência da ação coletiva das atividades humanas.

Nas comunidades rurais verifica-se que essa capacidade de articulação é essencial ao sucesso da implementação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Em contrapartida, há várias restrições à concretização desse adensamento relacional, provenientes de carências diversas, tais como, o baixo nível educacional, a infraestrutura deficiente de escoamento e de armazenamento e a inexistência de extensão rural, entre outros. Esses fatores são adicionados, no caso da atuação feminina na agropecuária, de hábitos e traços culturais que obscurecem a expansão desse tipo de associações em comunidades menos favorecidas (List, 1983; Barquero, 2001; Vergara, 2004; Sen, 2010).

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Associação das Mulheres Agricultoras Familiares Araras do Pantanal, situada no assentamento Sadia Vale Verde, BR-070 Km 663, Zona Rural, Distrito Nova Cáceres, município de Cáceres no estado de Mato Grosso.

Com base na contextualização da comunidade onde está organizada a associação, definiu-se a estratégia de avaliação mediante procedimentos exploratório e descritivo. Tem por objetivos as análises dos mecanismos de organização social, administração e da estrutura produtiva da AMAFAP. De acordo com Collis e Hussey (2005), Silva e Menezes (2005) e Vergara (2005), a pesquisa é classificada como descritiva, por estar relacionada com fenômenos de atuação prática, via as características do fenômeno e de sua população.



RELISE

Classifica-se, também, como exploratória, tendo em vista ao ineditismo do objeto de estudo dos mecanismos de organização de uma associação de agricultoras familiares. Nesse sentido, Hair Jr. *et al.* (2009) abordam que a pesquisa exploratória deve ser utilizada quando há poucas informações sobre o assunto estudado. Quanto à interpelação do problema, o presente estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa.

Em relação aos procedimentos para investigação empírica e obtenção de dados, a pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, estudo de caso a respeito da AMAFAP e, em concomitância, mediante pesquisa documental. Conforme Yin (2010, p.39), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto da vida real”.

A pesquisa foi desenvolvida no período de novembro a dezembro de 2020, nesse ínterim foi aplicado o protocolo científico constituído das seguintes etapas: (i) Levantamento de dados secundários, referentes à agricultura familiar brasileira e a participação feminina no meio rural; (ii) Pesquisa de campo na AMAFAP, através de visita ao local “sede” da associação, no dia 28 de dezembro de 2020, via coleta de informações e entrevistas semiestruturadas com as duas gestoras da associação; (iii) Pesquisa documental através de leitura do livro de atas da AMAFAP.

Em decorrência, desse planejamento de pesquisa, selecionaram-se a partir da avaliação crítica do embasamento teórico, as variáveis de análise do protocolo de pesquisa.

Quadro 1: Variáveis

Variáveis quantitativas	Variáveis qualitativas
Custos Renda Tempo de existência Número de associadas	Qualidade de vida Acesso à informação Participação em política pública Tipo de governança

Fonte: Dados da pesquisa



RELISE

Para se visualizar e avaliar o panorama estratégico da associação foi utilizada, em seguida, a matriz SWOT que permite identificar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças organizacionais. A partir dos dados coletados foi possível elaborar as análises e as considerações a serem apresentadas e discutidas na próxima seção.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O presente artigo buscou identificar quais são os fatores determinantes da ação coletiva organizada por mulheres moradoras do assentamento Sadia Vale Verde. Adicionalmente, visou analisar os aspectos constitutivos da AMAFAP, de forma a identificar os mecanismos de coordenação empregados nesse arranjo coletivo.

A área que hoje situa o assentamento pertencia originariamente a duas fazendas do projeto de assentamento da reforma agrária, denominadas de fazenda Sadia II e fazenda Vale Verde, ambas destinadas a produção pecuária extensiva. A empresa Sadia S/A, proprietária da fazenda Sadia II, possuía uma dívida com o governo federal e negociou a fazenda em troca da quitação da obrigação. Aproximadamente três anos após a criação do Assentamento Sadia, o proprietário da fazenda Vale Verde decidiu vendê-la para o governo federal para fins de Reforma Agrária. Datam as portarias de criação dos assentamentos de 05/12/1996 do Assentamento Sadia II, com 373 famílias, e de 19/07/1999 do Assentamento Vale Verde com 53 famílias.

O Assentamento Sadia foi ocupado por famílias moradoras do município de Várzea Grande. Esse grupo havia acampado ao lado da Fazenda Sadia a fim de pressionar a desapropriação das terras e garantir a destinação para a reforma agrária. Por sua vez, o assentamento Vale Verde foi destinado às famílias oriundas do município de Cáceres (Valentim, 2010). Os projetos de



RELISE

assentamentos foram unificados em 2003, se tornando então o assentamento Sadia Vale Verde.

A principal renda dos moradores do assentamento é a pecuária, sendo essa desenvolvida especialmente pelos homens, fator de exclusão que impulsionou o surgimento da cooperação feminina na comunidade. Assim, a ação coletiva das mulheres surgiu a partir da necessidade econômica e, principalmente, de não encontrarem oportunidade de participação em outras associações existentes. Geralmente, a participação do membro da família representante das associações na época existentes era representada pelos homens da casa. Adicionalmente, as poucas mulheres que participavam de alguma associação na comunidade relatam que não possuíam poder de decisão, pois sempre prevalecia a opinião dos homens.

Foi então que as mulheres do assentamento iniciaram a trabalhar com a venda de leite e rapidamente obtiveram insucesso devido à falta de planejamento das atividades. Neste momento, algumas destas mulheres passaram por atividades de formação em parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), tais como palestras, feiras, oficinas. Viajaram conhecendo associações e cooperativas existentes nos diversos estados brasileiros e, também, conheceram os programas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Cabe destacar que a FASE é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, comprometida com os mecanismos de organização comunitária e associativa e de desenvolvimento local. Diante das desigualdades enfrentadas pelo gênero feminino, a FASE atua junto a agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras e agroextrativistas, por meio do fortalecimento de grupos de mulheres, redes e fóruns que as auxiliem a ter maior independência e autonomia (Fase, 2018).



RELISE

Após essas formações, uma das técnicas desse programa deu a ideia da formação da associação de mulheres agricultoras. Porém, entre as mulheres, apenas uma já produzia em suas terras, as demais só tinham o conhecimento teórico obtido nas atividades educativas. Esse fator não era impeditivo para se iniciar a organização da associação. Portanto, A AMAFAP foi fundada em 2006, com 51 mulheres associadas, em 2017 a associação abriu uma exceção e houve a entrada de dois homens para o grupo de associados. A justificativa é que *“um deles foi por motivo do documento da terra estar no nome dele, mas quem produz é a mãe, já para o outro abriram uma exceção e deixaram participar da associação” (entrevista de campo).*

Atualmente, a associação possui 48 associados, porém, ativos são apenas 11 membros. Associados ativos são aqueles que pagam a taxa mínima que é de R\$ 5,00 reais por mês e participam do projeto de venda da produção para o Programa de Aquisição de Alimento do governo federal.

Tabela 1: Perfil das Associadas Ativas

Associada(o)	Naturalidade	Idade	Escolaridade	Número de filhos	Possui outra renda
1	São Paulo	56	F. Incompleto	3	Sim
2	Jauru	60	F. Incompleto	4	Sim
3	Poxoréu	38	F. Incompleto	2	Não
4	Minas Gerais	53	Ensino médio	3	Não
5	Cuiabá	60	F. Incompleto	8	Sim
6	Cáceres	34	Ensino médio	3	Não
7	Bahia	53	F. Completo	1	Não
8	Cuiabá	46	Especialista	2	Não
9	Rondônia	48	Analfabeta	4	Não
10	Bahia	60	F. Incompleto	2	Sim
11	Bahia	44	F. Incompleto	3	Não

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a tabela acima verifica que a maioria das associadas são oriundas de outros estados brasileiros, com faixa etária entre 34 e 60 anos, com ensino fundamental incompleto, todas possuem pelo menos 1 filho, e sua renda é oriunda apenas da associação. Vale destacar que a outra fonte de renda que muitas associadas possuem é derivada da aposentadoria.



RELISE

A estrutura administrativa da associação é composta pelos seguintes arranjos: assembleia geral, diretoria administrativa e conselho fiscal. A administração da associação é feita pela diretoria administrativa composta por seis membros eleitos entre os associados efetivos sendo: presidente, vice-presidente, tesoureira, vice-tesoureira, secretária e vice-secretária. Já o conselho fiscal é formado por três membros titulares e três suplentes, responsáveis pela fiscalização dos atos da diretoria administrativa e pelo parecer sobre os balanços financeiros da associação. A assembleia geral é constituída por todos os associados.

Em termos da avaliação das estruturas de governança da associação, identificou-se que a sua principal especificidade de ativos refere à produção e comercialização de produtos orgânicos. A associação utiliza adubo composto de bananeira, cinzas e compostagem de estrume de gado. A produção é realizada por cada associada na sua propriedade/lote.

A produção da associação baseia-se principalmente no contrato que tem com o Programa de Aquisição de Alimento (PAA). O PAA é uma iniciativa do governo federal que busca diminuir a fome e a pobreza no Brasil e fortalecer a agricultura familiar, assim, o governo adquire alimentos produzidos por agricultores familiares para consumo de pessoas em vulnerabilidade econômica.

Assim, a cada 15 dias as participantes colhem sua produção e levam para a casa de uma associada onde reside a “sede” da associação, nesse local é feita a organização das caixas e a produção é levada para a cidade, onde é entregue ao Cras/ Ação Social do município.

Outro fator que deve ser levado em conta é a perecibilidade dos produtos (vide quadro 2), por isso devem ser transportados com cuidados para não serem danificados. Nesse sentido, vale destacar que o custo que a AMAFAP tem com o frete, pois, a associação não possui seu próprio meio de transporte, implica na utilização de frete de terceiros. Para resolver isso a associação buscou apoio



RELISE

junto a prefeitura municipal e há dois anos esse transporte é feito por conta da prefeitura do município de Cáceres-MT. A seguir o quadro 2 traz a cesta de produtos produzidos pela associação.

Quadro 2: Produtos produzidos pela AMAFAP

Abobrinha	Jiló	Pimenta de cheiro
Banana da Terra	Laranja	Pimenta Doce
Banana Maça	Limão Rosa	Mandioca
Berinjela	Limão Taiti	Tomate
Cebolinha	Mamão	Entre outros Vegetais

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre as atividades desenvolvidas, a horta é destacada como a principal fonte de renda. Entretanto, a AMAFAP tem a intenção de aumentar a escala de produção e, também, está planejando começar a produzir farinha. O objetivo é a diversificação da rede de clientes. Identificou-se que a associação necessita de inversões para a concretização dessa iniciativa, mediante a ampliação da estrutura da sede, com maior capacidade de armazenamento e processamento para a produção da farinha de mandioca. Um aspecto adicional que eleva os custos transacionais da associação é a variação de preços pagos pela produção de orgânicos que apresenta variabilidade sazonal.

No aspecto da influência de organizações externas para a associação, evidenciou-se a importância das seguintes: (i) Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) pelo suporte técnico; (ii) a FASE que auxilia a associação desde o projeto até os dias atuais, fornecendo capacitação e consultoria; (iii) a Prefeitura Municipal de Cáceres pelo auxílio ao transporte da produção.

Em termos de políticas públicas, caracterizam-se como essenciais ao caso analisado os programas voltados para a agricultura familiar, destacando o Programa de Aquisição de Alimento (PPA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



RELISE

94

Conforme dados da pesquisa, identificou-se que a associação é dependente do programa implementado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sendo o PAA do governo federal o principal destino dos produtos da associação ao longo de quase nove anos, conforme a tabela 2.

Tabela 2: Histórico dos contratos da AMAFAP no PAA

Ano do contrato	Data de vencimento	Valor formalizado	Valor realizado
2012	14/10/2013	116.394,40	113.220,80
2014	30/06/2016	103.320,48	98.233,58
2016	16/03/2018	45.001,30	45.001,30
2018	06/06/2019	43.734,21	43.733,77

Fonte: Elaborado pelos autores.

A AMAFAP acessa o PAA desde o ano de 2012, sendo nesse ano firmado o contrato com maior montante. Conforme os dados da Conab, no ano de 2012, 2014 e 2016 a associação entregava seus alimentos nas duas escolas (Escola Municipal 16 de Março e Escola União e Trabalho) existentes na comunidade. Dessa forma, o PAA contribuiu com a geração de renda para as agricultoras e com uma alimentação mais saudável para os alunos da comunidade.

Além disso, a associação já participou do PNAE, mas hoje não está mais apta a realizar a comercialização em virtude dos altos custos de transação desse programa. As gestoras destacaram os custos envolvidos com os aspectos burocráticos e formais, tais como a emissão de notas com contador e nota fiscal. A associação ainda se ressentida de alto grau de informalidade em seus procedimentos. Atualmente, as gestoras estão tentando o acesso ao Pronaf-Mulher visando adquirir novos materiais, utensílios e equipamentos e, conseqüentemente, visando melhorar a infraestrutura operacional e ampliar a produção da AMAFAP.

Com base no parágrafo anterior é possível identificar outra dimensão de destaque da dependência da associação ao PAA. Caso a associação não



RELISE

concretize novo projeto de entrega da produção, será necessário reorientar a sua comercialização via novos clientes e buscar fidelização. A seguir é apresentado uma análise feita com base na matriz SWOT, ou seja, uma análise com base nos fatores internos e externos da AMAFAP.

A Matriz SWOT é uma ferramenta que analisa as forças, as fraquezas, oportunidades e ameaças que envolvem o ambiente do objeto de análise. As forças e as fraquezas são os fatores internos à associação. Já as oportunidades e ameaças são fatores externos, pois, a AMAFAP não possui controle sobre elas.

Quadro 3: Matriz SWOT

	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Fatores Internos	Parceria com organizações. 12 anos de existência. O interesse das mulheres/força de vontade. A cultura e saberes das associadas.	A não participação da maioria das mulheres nas viagens e eventos que demandam um tempo longe de casa. 37 associadas não pagam a taxa de manutenção da associação. Infraestrutura precária do espaço produtivo e pouca utilização de tecnologia. Não possuem marca própria e nem embalagem personalizada.
Fatores Externos	Políticas públicas e projetos sociais voltados para a agricultura familiar e para as mulheres. Aumento do mercado de orgânicos.	A opinião dos homens (da família e da comunidade). Clima. Atravessadores. Estrada não pavimentada que fica intransitável em certos períodos.

Fonte: dados da pesquisa.

Com base no quadro 3 é possível se perceber que a principal fraqueza da associação é a infraestrutura e baixo nível tecnológico de seu processo de produção. Por exemplo, a associação ainda utiliza um regrador de fluxo de água, ao invés de empregar um sistema de irrigação. Destaca-se, também, como indício de baixo engajamento de uma parcela expressiva das associadas, o não pagamento da taxa de manutenção da associação por 37 participantes. Em relação às ameaças, destacam-se primeiro a opinião dos parceiros e dos homens da comunidade que não valorizam as atividades de suas companheiras. Em seguida, a variabilidade climática tem impacto direto no setor agrícola,



RELISE

inclusive interferindo na variação dos preços dos produtos e na logística de transporte no período de chuva.

Em relação aos pontos fortes, destaca-se a experiência das associadas, visto que estão há doze anos atuando conjuntamente. Adicionalmente, o grupo apresenta perfil empreendedor, planejando aumentar a produção e, inclusive, industrializar com foco na farinha derivada da mandioca. Em relação às oportunidades, pode-se elencar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para grupos de mulheres, além do crescente mercado de produtos orgânicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante da relevância de estudos sobre a questão de gênero na agricultura familiar, esta pesquisa objetivou identificar quais seriam os fatores determinantes da ação coletiva por mulheres inseridas na agricultura familiar. O estudo de caso foi realizado no assentamento Sadia Vale Verde, no município de Cáceres-MT, com o intuito de descrever e analisar os aspectos constitutivos de uma associação de mulheres produtoras de produtos orgânicos.

De acordo com a pesquisa, os fatores determinantes do movimento coletivo de produtoras agrícolas foram motivados pela geração de renda e de igualdade de gênero. A AMAFAP apresenta especificidades em seus ativos, pois produz produtos orgânicos que apresentam peculiaridades, em termos do processo de produção e de comercialização. A produção é toda escoada via o PAA, indicando elevado grau de dependência a essa política pública. Evidenciou-se, complementarmente, que a associação possui uma estratégia de diversificação, porém, sem capacidade financeira e de estrutura produtiva para sua implementação.

Adicionalmente, a pesquisa salienta que a AMAFAP foi concretizada mediante a atuação de uma organização não governamental, a FASE,



RELISE

conjugada com o apoio extensionista da EM'PAER. Ambas as organizações demonstraram que a ampliação de sinergias institucionais, entre entidades da sociedade civil e do poder público, pode ser um fator relevante para a expansão de iniciativas de gênero na agricultora familiar.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. B. M. (2013). A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. *In*: Venturi, G. Godinho, T. (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edições Sesc SP.

AZEVEDO, P. F. de. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 280p.

BIANCHINI, V. **Políticas diferenciadas para a Agricultura Familiar: em busca do Desenvolvimento Rural Sustentável**. *In*: BOTELHO FILHO, Flávio Borges. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005. 168p.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Transparência pública do PAA- Programa de Aquisição de Alimentos**. 2019. Disponível em: <<https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?met hod=consultarCPRMunicipio&novaConsulta=true>>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v.11, n. 12, Jun., 2008, p. 6-17.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. *In*: **Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural: Autonomia e cidadania** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 192.



RELISE

98

CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, set-dez/2014.

COASE, R. The new institutional economics. **The American Economic Review**, v. 88, n. 2, p.72-74, 1998.

COASE, R. H. The nature of the firm. **Economica**, v. 4, n. 16, p. 386–405, 1937.

COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMMONS, J. R. Institutional Economics. **The American Economic Review**, 21(4), 1931, 648-657.

DEERE, C.; LEON, M. The Gender Asset Gap: Land in Latin America. **World Development**, Montreal, v.31, n. 6, p.925-947, 2003.

DE HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). **Embrapa em números**. Brasília, DF: Embrapa, 2017. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/embrapa-em-numeros>> Acesso em: 24/08/2018.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária. In: **Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural: Autonomia e cidadania** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 192.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). **Mulheres**. Disponível em: < <https://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/> > Acesso em: 17/01/2019.

HAIR, J. F. *et al.* **Análise Multivariada de Dados**. 5ª. Edição. Porto Alegre: BookMan, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html> > Acesso em: 29/11/2018.



RELISE

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/pesquisa/24/76693>>. Acesso em 25 de setembro de 2018.

LIST, G. F. **Sistema Nacional de Economia Política**. p.97 a 106, 1983.

NORTH, D. C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. Tradução Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 3, n. 1, p. 97-112, 1991.

PAVAN, D.; SANTOS JUNIOR, S. **Ambiente institucional das feiras de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó (SC) a luz da nova economia institucional (NEI)**. IX EGEPE – Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas. Passo Fundo-RS, 16 a 19 de março de 2016.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro**. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005. 168p.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 183-208, 2010.



RELISE

100

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

VALENTIM, A. A. **Educação e consciência política: um estudo de caso no Projeto de Assentamento Sadia Vale Verde, em Cáceres, Mato Grosso**. 2010. Dissertação (Mestrado em educação)-Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Educação. Cuiabá, MT: 2010.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Nova Cultural, 1988[1899].

VERGARA, P. A. **Desenvolvimento endógeno: um novo paradigma para a gestão local e regional**. Fortaleza: IDAH, 2004.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WILLIAMSON, O. E. The Institutions of Governance. **The American Economic Review**, Vol. 88, No. 2, 1998, p. 75-79.

WILLIAMSON, O. E. The Institutions and Governance of Economic Development and Reform. **World Bank**, 8 (suppl_1), 1994, p.171-197.

WILLIAMSON, O. E. The Economics of Organization: The Transaction Cost Approach. **American Journal of Sociology**, Vol. 87, No. 3, 1981, p. 548-577.